

# **O Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Ensino Superior: revisão narrativa**

## **Specialized Educational Assistance (AEE) in Higher Education: A Narrative Review**

Evanilson Gurgel de Carvalho filho<sup>\*1</sup>

Paulo Augusto de Souza<sup>\*2</sup>

### **RESUMO**

Este estudo aborda o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no ensino superior, analisando suas práticas, desafios e políticas públicas no contexto da inclusão educacional. O objetivo foi identificar como o AEE pode ser implementado de maneira eficaz para garantir acessibilidade, promover autonomia e atender às necessidades educacionais específicas dos estudantes com deficiência. Realizou-se uma revisão narrativa da literatura, utilizando fontes nacionais e internacionais para compreender o cenário atual e propor recomendações. Os resultados destacaram que, apesar dos avanços legais e institucionais, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Política Nacional de Educação Especial, ainda existem lacunas significativas. Entre os principais desafios estão a falta de infraestrutura acessível, a carência de formação adequada para docentes e a ausência de políticas específicas voltadas ao ensino superior. Além disso, barreiras atitudinais e a falta de articulação entre os núcleos de acessibilidade dificultam a inclusão plena dos estudantes com deficiência.

Recomenda-se o investimento em formação docente contínua, infraestrutura acessível e tecnologias assistivas, bem como o fortalecimento de políticas públicas que garantam suporte técnico e financeiro para instituições de ensino superior. Pesquisas futuras devem explorar o impacto do AEE na integração acadêmica e social dos estudantes, além de buscar maior participação dos próprios alunos no desenvolvimento de estratégias inclusivas. Conclui-se que o AEE é indispensável para a promoção de uma educação inclusiva e equitativa no ensino superior, demandando esforços institucionais e sociais para superar as barreiras existentes e garantir o pleno exercício do direito à educação.

**Palavras-chave:** Atendimento Educacional Especializado. Ensino Superior. Educação Inclusiva

---

<sup>1\*</sup>Mestre em Educação (UFRN), Doutor em Educação (UFBA), Licenciado em Ciências Biológicas (UFRN), Licenciado em pedagogia pela UNINTER. Professor adjunto da Universidade Federal Rural do semi-árido.

<sup>2\*</sup>Licenciado na Educação Profissional e Tecnológica (IFRN), Licenciado e Bacharel em Psicologia pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte, Licenciado em Pedagogia pela Faculdade Intervale.

## **ABSTRACT**

This study addresses Specialized Educational Assistance (AEE) in higher education, analyzing its practices, challenges, and public policies within the context of educational inclusion. The objective was to identify how AEE can be effectively implemented to ensure accessibility, promote autonomy, and meet the specific educational needs of students with disabilities. A narrative literature review was conducted using national and international sources to understand the current scenario and propose recommendations. The results highlighted that, despite legal and institutional advancements such as the Brazilian Inclusion Law (LBI) and the National Special Education Policy, significant gaps remain. The main challenges include the lack of accessible infrastructure, insufficient teacher training, and the absence of specific policies targeting higher education. Moreover, attitudinal barriers and the lack of coordination among accessibility centers hinder the full inclusion of students with disabilities. It is recommended to invest in continuous teacher training, accessible infrastructure, and assistive technologies, as well as to strengthen public policies that provide technical and financial support to higher education institutions. Future research should explore the impact of AEE on students' academic and social integration and seek greater participation of students themselves in the development of inclusive strategies.

In conclusion, AEE is indispensable for promoting inclusive and equitable education in higher education, requiring institutional and societal efforts to overcome existing barriers and ensure the full exercise of the right to education.

**Key words:** Specialized Educational Services. Higher Education. Inclusive Education

## **1 INTRODUÇÃO**

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma modalidade de ensino complementar e suplementar destinada a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Seu objetivo principal é garantir a acessibilidade e promover a inclusão educacional, complementando o ensino regular com serviços que atendam às especificidades de cada aluno.

Diferentemente do ensino regular, o AEE não é um substituto, mas um suporte adicional. Ele é realizado em salas de recursos multifuncionais ou ambientes especializados, oferecendo estratégias e recursos pedagógicos adaptados, como o uso de tecnologia assistiva, ensino em braile, interpretação em Libras e outras adaptações. Esse atendimento ocorre, preferencialmente, no contraturno escolar, permitindo que o aluno participe das atividades da classe comum e tenha suas necessidades específicas atendidas separadamente (Brasil, 2008).

O AEE está fundamentado na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que orienta sua oferta nas escolas regulares e busca eliminar barreiras para o aprendizado e participação dos estudantes. O atendimento é planejado e implementado por profissionais especializados, que

trabalham em parceria com os professores do ensino regular para garantir a inclusão e o desenvolvimento integral do aluno (Pasian; Mendes; Cia, 2017).

A importância do AEE reside em sua capacidade de proporcionar uma educação inclusiva e de qualidade, promovendo a autonomia, a socialização e o sucesso escolar dos estudantes público-alvo da educação especial. Sua implementação, contudo, enfrenta desafios, como a formação insuficiente de professores, a falta de infraestrutura e a necessidade de maior articulação entre políticas públicas e práticas escolares (Zerbato; Vilaronga; Santos, 2021).

O AEE e o ensino regular desempenham papéis distintos, mas complementares, no processo educacional, especialmente no que diz respeito aos estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas. Enquanto o ensino regular foca no desenvolvimento geral do currículo e na socialização ampla dos estudantes em uma sala comum, o AEE é voltado para atender às especificidades de cada aluno, oferecendo suporte adicional para eliminar barreiras ao aprendizado e à participação. O ensino regular é a modalidade de educação oferecida a todos os estudantes, seguindo um currículo padrão que visa ao desenvolvimento cognitivo, social e emocional de forma ampla. Apesar de ser inclusivo, o ensino regular muitas vezes não contempla as necessidades específicas dos alunos com deficiência, o que pode limitar sua aprendizagem e participação efetiva no contexto escolar (Brasil, 2008).

O AEE, por sua vez, é uma modalidade educacional suplementar que identifica e atende às barreiras enfrentadas pelos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Esse atendimento é realizado em horários alternativos ao ensino regular, em salas de recursos multifuncionais ou espaços especializados, e utiliza métodos, materiais e recursos adaptados às necessidades individuais dos estudantes (Pasian; Mendes; Cia, 2017).

Uma das diferenças centrais é que o ensino regular não é projetado para atender às especificidades do público-alvo da educação especial, enquanto o AEE é focado na individualização do ensino. Entretanto, a integração entre ambos é fundamental: professores de AEE colaboram com os professores do ensino regular para garantir que as adaptações necessárias sejam implementadas no ambiente escolar, promovendo a inclusão de forma efetiva (Zerbato; Vilaronga; Santos, 2021).

Ao proporcionar suporte individualizado, o AEE desempenha um papel essencial na promoção da igualdade de oportunidades, permitindo que os estudantes com necessidades específicas participem ativamente do processo educacional e desenvolvam seu potencial.

No contexto do ensino superior, este tem enfrentado um contexto de ampliação do acesso de estudantes com deficiência, reflexo de políticas públicas de inclusão, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Apesar de avanços, como a criação de núcleos de acessibilidade em muitas instituições, desafios significativos permanecem, incluindo a adaptação da infraestrutura, a formação de docentes e a articulação de políticas públicas. Dados do Censo Escolar indicam aumento expressivo de matrículas de estudantes público-alvo da educação especial, o que ressalta a urgência de práticas inclusivas eficazes (Brasil, 2015; Evaristo *et al.*, 2022).

No cenário atual, o AEE tem sido implementado em algumas instituições de ensino superior, mas sua abrangência ainda é limitada. Esse serviço é essencial para assegurar a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes, promovendo

acesso ao currículo e eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e comunicacionais (Brasil, 2008).

As instituições de ensino enfrentam desafios substanciais para a implementação do AEE. A infraestrutura insuficiente, como a falta de salas de recursos multifuncionais, é um entrave significativo. Além disso, muitos professores carecem de formação adequada para atender às demandas do público-alvo da educação especial, o que compromete a qualidade do atendimento oferecido. Outro obstáculo é a falta de políticas públicas específicas para o ensino superior, que resultam em iniciativas pontuais e desarticuladas entre as instituições (Zerbato; Vilaronga; Santos, 2021; Kassar, 2012).

A superação desses desafios exige investimento em formação continuada de professores, fortalecimento de políticas públicas e maior conscientização das instituições e da sociedade sobre a importância da educação inclusiva. Dessa forma, o ensino superior poderá atender adequadamente à diversidade de seus estudantes, garantindo igualdade de oportunidades e valorização das diferenças.

A discussão sobre o AEE no ensino superior é de suma importância diante do crescente número de matrículas de estudantes com deficiência em instituições de ensino superior. Esse aumento reflete avanços nas políticas públicas e na democratização do acesso à educação, mas também evidencia a necessidade urgente de práticas inclusivas eficazes que garantam a permanência e o sucesso acadêmico desses estudantes.

Apesar dos progressos no campo da inclusão educacional, ainda existem lacunas significativas em relação à implementação do AEE no ensino superior. Muitos estudos se concentram na educação básica, enquanto os desafios específicos enfrentados por estudantes com deficiência no ensino superior permanecem subexplorados. Essas lacunas incluem a falta de formação específica para os docentes, a ausência de recursos pedagógicos adaptados, a escassez de núcleos de apoio inclusivo e as barreiras atitudinais persistentes nas instituições.

Este estudo busca preencher essas lacunas ao revisar e sintetizar os conhecimentos existentes sobre o AEE no ensino superior. Ele oferece subsídios para compreender os desafios, identificar práticas bem-sucedidas e propor estratégias para promover uma educação verdadeiramente inclusiva. Essa abordagem é essencial para garantir que os direitos educacionais das pessoas com deficiência sejam efetivamente concretizados, contribuindo para um ensino superior mais equitativo e acessível.

Ao abordar essas questões, o trabalho não apenas reforça a importância da inclusão, mas também aponta caminhos para transformar a prática educacional e as políticas institucionais, alinhando-as às demandas de uma sociedade mais justa e inclusiva.

O estudo tem como objetivo discutir e sintetizar o conhecimento existente sobre o Atendimento Educacional Especializado no ensino superior.

## **2 METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo de Revisão Narrativa de Literatura. Os artigos de revisão narrativa são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o "estado da arte" de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual. As revisões narrativas não informam as fontes de informação utilizadas, a metodologia para busca das referências, nem os critérios

utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos. Constituem, basicamente, de análise da literatura publicada em livros, artigos de revista impressas e/ou eletrônicas na interpretação e análise crítica pessoal do autor (Rother, 2007).

O estudo foi realizado seguindo etapas e primeiramente, definiu-se o tema central e problema de pesquisa. O tema central é o AEE no ensino superior, com foco em práticas, desafios e políticas relacionadas à educação inclusiva. A Pergunta norteadora utilizada foi: Quais são as principais práticas, barreiras e avanços relacionados ao Atendimento Educacional Especializado no ensino superior?

Após isso, fez-se a busca de estudos publicados sobre a temática em bases como *Scielo*, *PubMed* e *Google Scholar*, incluindo-se estudos que abordem diretamente o AEE no ensino superior, políticas educacionais ou práticas inclusivas. Foram excluídos estudos fora do recorte temático (ensino fundamental, por exemplo) e artigos com dados insuficientes ou sem relação com o tema central.

A seleção foi feita por meio das bases de dados com o uso de palavras-chave como: "Atendimento Educacional Especializado", "Educação Inclusiva", "Ensino Superior". Os dados desses estudos foram resumidos na fundamentação teórica, sendo feita a síntese crítica das informações para identificar tendências, avanços e lacunas na literatura.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

#### 3.1 Finalidade do AEE

O AEE desempenha um papel crucial na promoção de uma educação inclusiva, oferecendo suporte pedagógico especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Seus objetivos centrais são garantir acessibilidade, promover autonomia e atender às necessidades educacionais específicas de cada aluno, contribuindo para a equidade e a inclusão no ambiente escolar (Brasil, 2008).

##### 3.1.1 Garantir a Acessibilidade

O AEE busca eliminar barreiras que dificultam ou impedem a participação plena dos estudantes com deficiência no ambiente educacional. Isso inclui:

- **Acessibilidade física:** Adaptação de espaços e mobiliários escolares.
- **Acessibilidade comunicacional:** Uso de recursos como Libras, braille e materiais ampliados.
- **Acessibilidade pedagógica:** Desenvolvimento de estratégias de ensino adaptadas às necessidades específicas de cada estudante (Zerbato; Vilaronga; Santos, 2021).

Essas adaptações são fundamentais para permitir que os alunos acessem o currículo regular e participem efetivamente das atividades escolares.

##### 3.1.2 Promover a Autonomia

Outro objetivo central do AEE é capacitar os estudantes para desenvolverem sua autonomia. Isso significa proporcionar ferramentas e estratégias que os ajudem a superar desafios no processo de aprendizagem e na vida cotidiana. Por exemplo:

- Treinamento para o uso de tecnologias assistivas.
- Estímulo à independência na execução de atividades acadêmicas e sociais.
- Suporte para a construção de habilidades que promovam a autorregulação e a autossuficiência (Pasian; Mendes; Cia, 2017).

Ao promover a autonomia, o AEE prepara os estudantes para enfrentar desafios futuros e desempenhar um papel ativo na sociedade.

### 3.1.3 Atender às Necessidades Educacionais Específicas

O AEE identifica e atende às necessidades únicas de cada aluno por meio de recursos pedagógicos e estratégias individualizadas. Esse atendimento é feito de forma colaborativa, envolvendo:

- Avaliação das barreiras enfrentadas pelo estudante.
- Planejamento de intervenções que atendam a essas demandas.
- Parceria com professores do ensino regular para garantir que as adaptações sejam integradas ao ambiente escolar (Brasil, 2008).

Além disso, o AEE oferece suporte emocional e social, reconhecendo que o processo de inclusão vai além do aspecto acadêmico.

Os objetivos do AEE destacam sua importância como ferramenta essencial para garantir que estudantes com deficiência tenham acesso a uma educação de qualidade, que respeite suas diferenças e potencialize suas capacidades. Por meio da acessibilidade, autonomia e suporte individualizado, o AEE contribui para a construção de uma escola inclusiva e equitativa.

## 3.2 Educação Inclusiva e Ensino Superior

A educação inclusiva no ensino superior é um desafio que reflete as demandas de uma sociedade que busca garantir igualdade de oportunidades para todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A implementação de políticas públicas e a adaptação institucional são fundamentais para assegurar a permanência e o sucesso acadêmico desses estudantes (Telles, 2021).

Desde os anos 1990, o Brasil tem avançado na promoção de políticas inclusivas, culminando em legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), lançado em 2005. Apesar dessas iniciativas, a inclusão no ensino superior ainda enfrenta desafios como preconceito, falta de infraestrutura acessível e inadequação curricular.

O AEE surge como um serviço essencial para eliminar barreiras ao aprendizado e atender às necessidades específicas de estudantes público-alvo da educação especial. Contudo, muitas instituições de ensino superior ainda carecem de recursos adequados e profissionais especializados para atender a essa demanda.

### 3.2.1 Desafios

Estrutura Física e Tecnológica: A falta de espaços acessíveis, como rampas, elevadores e salas de recursos multifuncionais, compromete a mobilidade e o acesso dos estudantes. A ausência de tecnologia assistiva é outro entrave que dificulta a participação desses alunos.

- Formação de Professores: docentes do ensino superior não possuem formação adequada para lidar com as demandas da educação inclusiva. Isso resulta em práticas pedagógicas limitadas, que não contemplam a diversidade dos estudantes.
- Políticas Públicas: a aplicação prática das políticas inclusivas é fragmentada e insuficiente. Há uma carência de núcleos de acessibilidade bem estruturados e de financiamento contínuo para programas inclusivos.
- A educação inclusiva no ensino superior exige o conjunto entre instituições, governos e sociedade. O fortalecimento de políticas públicas, investimentos em infraestrutura e formação contínua de professores são passos indispensáveis para garantir um ambiente acadêmico acessível e equitativo. Assim, é possível proporcionar a estudantes com deficiência o pleno exercício de seus direitos e o alcance de seu potencial acadêmico (Telles, 2021).

### **3.3 Marcos Legais e Políticas Públicas**

A inclusão educacional é fundamentada por legislações e políticas públicas que visam garantir os direitos das pessoas com deficiência, promovendo equidade e acessibilidade no sistema educacional. Entre os principais marcos legais estão a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

#### **3.3.1 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**

Promulgada pela Lei nº 13.146/2015, a LBI, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelece os direitos das pessoas com deficiência em diversas áreas, incluindo a educação. Essa lei assegura o acesso ao ensino inclusivo em todos os níveis e modalidades, prevendo:

- Oferta de atendimento educacional especializado (AEE) nas escolas regulares;
- Disponibilidade de recursos de acessibilidade, como materiais adaptados e tecnologia assistiva;
- Formação adequada de profissionais para atender às necessidades educacionais específicas (Brasil, 2015).

A LBI reforça que a inclusão deve ser promovida sem discriminação, buscando a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade.

#### **3.3.2 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**

Instituída em 2008, essa política orienta a implementação do AEE nas escolas regulares, com o objetivo de eliminar barreiras ao aprendizado e à participação. A política prevê:

- Oferta de serviços especializados complementares ou suplementares ao ensino regular;
- Criação de salas de recursos multifuncionais;
- Parceria entre professores regulares e especializados para a adaptação curricular e pedagógica (Brasil, 2008).

A política destaca a importância da articulação entre educação, saúde e assistência social para garantir a efetividade das práticas inclusivas.

### 3.3.3 Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU)

Adotada pela ONU em 2006 e incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro em 2009, com status de emenda constitucional, essa convenção estabelece princípios universais para garantir os direitos das pessoas com deficiência. No campo educacional, destaca:

- O direito ao acesso a uma educação inclusiva e de qualidade em todos os níveis;
- A promoção de ambientes acessíveis e adaptados às necessidades dos estudantes com deficiência;
- A valorização do potencial humano e da dignidade da pessoa com deficiência (ONU, 2006).

Essa convenção é um marco internacional que orienta a elaboração de políticas inclusivas nos países signatários. No entanto, há desafios consideráveis na implementação das políticas inclusivas. A autonomia das IES resulta em disparidades significativas na oferta de apoios, com instituições politécnicas apresentando documentos mais detalhados e atualizados que as universidades. Além disso, a abordagem médica predominante limita a inclusão, pois frequentemente exige diagnósticos formais para acessar os recursos disponíveis, reforçando estigmas e barreiras institucionais (Figueiredo *et al.*, 2024).

Sugere-se a necessidade de uma legislação nacional específica para regulamentar a inclusão no ensino superior, promovendo equidade na distribuição de recursos entre as IES. Também é recomendada a transição de uma abordagem médica para uma perspectiva educacional, centrada no estudante, reconhecendo a diversidade e garantindo direitos de acesso e participação igualitários (Figueiredo *et al.*, 2024).

## 3.4 Papel das Instituições de Ensino Superior

A implementação do AEE no ensino superior é uma responsabilidade crucial das universidades para promover a inclusão de estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas. Este papel é sustentado por uma série de demandas relacionadas à oferta de apoio, desenvolvimento de infraestrutura acessível e formação docente adequada.

As universidades desempenham um papel essencial na disponibilização de suporte técnico e pedagógico, incluindo materiais acessíveis, tecnologias assistivas e serviços de tutoria. Essas medidas são necessárias para garantir que os estudantes com necessidades educacionais específicas tenham igualdade de condições no ambiente acadêmico (Gonçalves; Pacheco, 2021). Além disso, a criação de núcleos de acessibilidade e comitês para monitorar e implementar

práticas inclusivas é uma iniciativa frequente e necessária para que essas políticas sejam efetivas (Govêa; Gomes, 2020).

As barreiras físicas e tecnológicas ainda são desafios enfrentados por muitas instituições. Infraestruturas inadequadas, como a ausência de rampas, elevadores e espaços adaptados, dificultam o acesso de estudantes com deficiência. Além disso, a falta de plataformas digitais acessíveis também representa um obstáculo. A revisão de políticas institucionais para incluir a acessibilidade como elemento central do planejamento acadêmico é uma estratégia essencial para superação dessas barreiras (Rezende Macedo; Freitas, 2023)

A formação docente é um ponto crítico no processo de implementação do AEE. Muitos professores relatam dificuldades em atender às demandas inclusivas devido à ausência de preparo específico durante sua formação inicial. Investir em capacitações continuadas é uma estratégia fundamental para sensibilizar e instrumentalizar os docentes sobre práticas inclusivas e estratégias pedagógicas diferenciadas (Figueiredo *et al.*, 2024). As instituições também devem buscar parcerias com órgãos especializados para promover programas de treinamento e intercâmbio de boas práticas inclusivas.

Embora avanços significativos tenham sido alcançados na legislação e nas políticas de inclusão, as universidades ainda enfrentam desafios para implementar plenamente o AEE. Entre eles estão a falta de financiamento adequado, resistência cultural e limitações na aplicação das leis. No entanto, o fortalecimento do compromisso institucional com a inclusão, aliado a uma abordagem intersetorial e participativa, pode transformar essas barreiras em oportunidades de inovação e desenvolvimento educacional (Govêa; Gomes, 2020; Figueiredo *et al.*, 2024)

### **3.5 Formação de Professores e Profissionais do AEE**

A formação docente voltada para o AEE é crucial para promover práticas pedagógicas inclusivas no contexto escolar, especialmente no ensino superior. Segundo Rêgo *et al.* (2022), a formação continuada desempenha um papel essencial para que professores se sintam aptos a lidar com a diversidade educacional. As práticas inclusivas demandam mais do que conhecimento teórico: exigem habilidades práticas para adaptar estratégias pedagógicas às necessidades individuais dos alunos (Rêgo *et al.*, 2022).

#### **3.5.1 Importância da Formação**

A preparação adequada de professores em AEE visa capacitá-los a planejar e implementar metodologias que contemplem alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo-lhes acesso ao currículo de forma equitativa. Andrade (2014) destaca que o docente deve compreender a heterogeneidade em sala de aula como uma oportunidade para inovar suas práticas pedagógicas. Esse preparo requer a inclusão de disciplinas específicas na formação inicial, bem como treinamentos contínuos ao longo da carreira docente (Rêgo *et al.*, 2022).

#### **3.5.2 Desafios na Formação Docente**

Os desafios enfrentados na formação docente incluem a escassez de disciplinas voltadas à inclusão nos currículos acadêmicos e a dificuldade em integrar

práticas teóricas e aplicadas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/1996) enfatiza a necessidade de inclusão no ensino regular, mas sua implementação enfrenta barreiras como a falta de infraestrutura e suporte técnico, além de resistências culturais entre educadores (Barbosa; Bezerra, 2021).

A inclusão educacional no ensino superior tem se consolidado como um direito garantido por legislações nacionais e internacionais, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU). Contudo, uma das maiores barreiras para a efetividade dessa inclusão está na formação insuficiente dos docentes para lidar com as demandas específicas de estudantes com deficiência ou necessidades educacionais especiais (Mendes et al., 2021). As lacunas existentes nesse processo comprometem tanto a qualidade do ensino quanto a permanência dos alunos no ambiente acadêmico.

#### 3.5.2.2 Ausência de Conteúdos sobre Educação Inclusiva nos Currículos

Uma das principais lacunas na formação docente está na falta de disciplinas obrigatórias que abordem a educação inclusiva nos cursos de licenciatura e formação pedagógica. A formação inicial, geralmente, não contempla discussões aprofundadas sobre AEE ou estratégias pedagógicas para atender à diversidade em sala de aula (Moran, 1999). Assim, os professores chegam ao mercado de trabalho despreparados para enfrentar os desafios impostos pela inclusão no ensino superior.

#### 3.5.2.3 Deficiência na Formação Continuada

Embora a formação continuada seja fundamental para que os docentes se atualizem e aprimorem suas práticas, muitas instituições de ensino superior não oferecem programas regulares de capacitação voltados à inclusão educacional. Isso reflete tanto uma carência de recursos financeiros quanto a falta de políticas institucionais específicas para o desenvolvimento profissional dos docentes (Libâneo, 2004). Além disso, as capacitações disponíveis frequentemente têm caráter teórico, deixando de lado abordagens práticas que poderiam ser aplicadas diretamente no contexto educacional.

#### 3.5.2.4 Resistência e Barreiras Atitudinais

Outro desafio relevante está relacionado às barreiras atitudinais e culturais entre os próprios docentes. Muitos educadores veem a inclusão como uma responsabilidade exclusiva de especialistas em educação especial, o que revela um desconhecimento sobre o papel de todos os docentes no processo de inclusão (Andrade, 2014). Essa visão limitada é reforçada pela falta de formação em temas como acessibilidade pedagógica, uso de tecnologias assistivas e estratégias colaborativas.

#### 3.5.2.5 Desafios no Uso de Tecnologias Assistivas

As tecnologias assistivas desempenham um papel crucial na educação inclusiva, permitindo que estudantes com deficiência tenham acesso ao currículo acadêmico. No entanto, a formação docente raramente inclui treinamentos específicos sobre o uso dessas ferramentas. Isso resulta em um cenário em que os

professores não se sentem confiantes para incorporar tecnologias assistivas às suas práticas pedagógicas (Rêgo *et al.*, 2021).

#### 3.5.2.6 Falta de Articulação entre Teoria e Prática

Outro aspecto crítico é a desconexão entre os conteúdos teóricos abordados na formação docente e as demandas práticas enfrentadas em sala de aula. Sem uma integração efetiva entre teoria e prática, os professores têm dificuldade em adaptar suas estratégias pedagógicas para atender às necessidades de estudantes com deficiência (Freire, 1996). Essa lacuna se agrava no ensino superior, onde a diversidade de cursos e currículos demanda soluções pedagógicas específicas.

#### 3.5.2.7 Ausência de Políticas Institucionais de Suporte

As instituições de ensino superior muitas vezes não possuem políticas claras para apoiar os professores na implementação de práticas inclusivas. A falta de diretrizes institucionais, aliada à escassez de recursos e suporte técnico, sobrecarrega os docentes e limita suas possibilidades de atuação no contexto da inclusão educacional (Libâneo, 2004). As lacunas na formação docente refletem um descompasso entre as demandas da educação inclusiva e os recursos disponíveis para os professores. Para superar essas barreiras, é essencial investir na reformulação dos currículos de formação inicial, na ampliação de programas de capacitação continuada e na criação de políticas institucionais robustas que garantam suporte técnico e pedagógico aos docentes. A inclusão no ensino superior não depende apenas de legislação, mas de práticas efetivas que reconheçam e valorizem a diversidade como elemento central da educação.

#### 3.5.3 Estratégias de Formação

Segundo Libâneo (2004), a formação docente deve incluir estratégias de autoaprendizagem e formação continuada. Moran (1999) reforça a necessidade de integrar tecnologias educacionais como ferramentas para práticas inclusivas. Essas tecnologias auxiliam no desenvolvimento de soluções inovadoras para desafios cotidianos no ensino de alunos com necessidades específicas (Rêgo *et al.*, 2022).

A formação docente em AEE deve ser vista como um processo contínuo, que vai além do cumprimento de uma grade curricular pré-estabelecida. Ela precisa incorporar reflexões críticas sobre a inclusão educacional, a diversidade e as possibilidades de inovação pedagógica. Com base nas contribuições de Freire (1996), é essencial que os professores se reconheçam como aprendizes em constante evolução, prontos para enfrentar os desafios da educação inclusiva.

### 3.6 Perspectiva dos Estudantes com Deficiência

Compreender as experiências e perspectivas dos estudantes com deficiência que utilizam o AEE no ensino superior é essencial para a construção de práticas pedagógicas inclusivas e efetivas. Esses estudantes não são apenas receptores de políticas e serviços, mas protagonistas do processo educacional, cujas vozes devem ser valorizadas para aprimorar a implementação do AEE e promover uma educação mais equitativa (Telles, 2021).

A inclusão efetiva no ensino superior requer uma abordagem centrada nos estudantes, reconhecendo suas experiências como fonte legítima de conhecimento. Estudos mostram que muitos estudantes com deficiência enfrentam barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais, que dificultam sua permanência e sucesso acadêmico. Essas barreiras incluem desde a ausência de acessibilidade física até a falta de materiais adaptados e preconceitos implícitos nas interações institucionais (Figueiredo; Coelho; Veiga, 2024).

Dar voz a esses estudantes é crucial para identificar as lacunas nas práticas inclusivas e propor soluções que atendam às suas necessidades reais. A valorização de suas narrativas permite uma compreensão mais profunda das estratégias que funcionam e das limitações das políticas atuais, além de reforçar sua autonomia e participação no processo educacional.

Pesquisas como a de Rêgo *et al.* (2021) destacam a importância de abordagens qualitativas que explorem as percepções dos estudantes sobre o AEE. A partir dessas análises, emergem recomendações para práticas mais inclusivas, como a necessidade de maior articulação entre os núcleos de acessibilidade e os docentes.

A perspectiva freireana também contribui para essa discussão, ao enfatizar que a educação inclusiva deve ser um ato dialógico, em que os sujeitos aprendem e ensinam mutuamente. Freire (1996) argumenta que os estudantes devem ser reconhecidos como coconstrutores do conhecimento, especialmente em contextos inclusivos, onde suas vivências são parte integrante do aprendizado.

Para valorizar a perspectiva dos estudantes com deficiência, é fundamental:

- Realizar pesquisas que incluam suas experiências e percepções como elemento central na avaliação do AEE.
- Desenvolver mecanismos para que esses estudantes possam participar ativamente da construção de políticas inclusivas nas instituições de ensino superior.
- Promover espaços de diálogo contínuo entre estudantes, docentes e gestores para ajustar práticas pedagógicas e administrativas às suas demandas.

Ao valorizar a perspectiva dos estudantes com deficiência, as instituições de ensino superior não apenas fortalecem a inclusão, mas também transformam o processo educacional em uma experiência mais humana, dialógica e equitativa. Essa abordagem contribui para que o AEE seja uma ferramenta efetiva na promoção da autonomia, participação e sucesso acadêmico dos estudantes.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo abordou o AEE no ensino superior, com foco nas práticas, desafios e políticas públicas relacionadas à educação inclusiva. A análise revelou que o AEE desempenha um papel central na garantia de acessibilidade, promoção da autonomia e atendimento às necessidades educacionais específicas dos estudantes público-alvo da educação especial. No entanto, também destacou lacunas significativas em relação à formação docente, infraestrutura e articulação entre políticas públicas e práticas institucionais.

Entre as limitações deste trabalho, destaca-se o caráter narrativo da revisão, que não segue rigorosamente critérios sistemáticos de busca e seleção. Além disso,

a literatura disponível sobre o AEE no ensino superior é limitada em comparação à educação básica, refletindo uma lacuna no campo. A diversidade dos contextos educacionais analisados também representa um desafio, dificultando a generalização dos resultados para todas as instituições de ensino superior.

Para superar as lacunas identificadas, recomenda-se: Investimento em Formação Docente: Implementar programas de formação inicial e continuada voltados à inclusão, com ênfase em estratégias pedagógicas adaptativas, uso de tecnologias assistivas e abordagem colaborativa entre professores regulares e especializados.

Melhoria da Infraestrutura: Garantir espaços acessíveis e equipados com recursos adequados, como salas de recursos multifuncionais, rampas, elevadores e tecnologias de apoio, é essencial para a permanência e sucesso dos estudantes com deficiência. Fortalecimento das Políticas Públicas: Desenvolver políticas específicas para o ensino superior, com foco na regulamentação e financiamento de iniciativas inclusivas. A criação de núcleos de acessibilidade bem estruturados em todas as instituições é fundamental. Pesquisas Futuras:

Incentivar estudos com abordagem empírica e longitudinal, que explorem o impacto do AEE no desempenho acadêmico e na integração social dos estudantes. Também é importante investigar a perspectiva dos próprios alunos sobre as práticas inclusivas.

O presente estudo contribui para o debate sobre a inclusão no ensino superior, oferecendo subsídios para gestores, docentes e formuladores de políticas públicas. Ele reforça a urgência de transformar práticas educacionais, garantindo que o AEE seja um elemento efetivo para a equidade no acesso e permanência dos estudantes.

Conclui-se que o AEE é uma ferramenta indispensável para a promoção de uma educação superior inclusiva e de qualidade. Sua implementação plena depende de um compromisso coletivo que alie políticas robustas, práticas pedagógicas inovadoras e um ambiente acadêmico acessível e acolhedor.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. **A pedagogia do afeto na sala de aula**. 2. ed. Recife: Prazer de Ler, 2014.

BARBOSA, A. K. G.; BEZERRA, T. M. C. Educação Inclusiva: reflexões sobre a escola e a formação docente. **Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1–11, 2021. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/5871>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19 nov. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008.

EVARISTO, F. L.; ASNIS, V. P.; CARDOSO, P. A. O Atendimento Educacional Especializado no Ensino Superior: relatos de experiência. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 11, n. 1, p. 346-361, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v11n1a2022-64913>. Acesso em: 19 nov. 2024.

FIGUEIREDO, M.; COELHO, O.; VEIGA, A. Educação inclusiva no ensino superior português: avanços, desafios e medidas de apoio para estudantes. **História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, [S. l.], v. 14, n. 1, jun. 2024. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/13835>. Acesso em: 23 nov. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONÇALVES, M.; PACHECO, R. Políticas de inclusão no ensino superior: avanços e desafios. **Revista Horizontes**, v. 38, n. 1, p. e020025, 2023. DOI: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v38i1.840>.

GOVÊA, C. P.; GOMES, C. Produções sobre educação inclusiva: o ensino superior em foco. **Horizontes**, [S. l.], v. 38, n. 1, p. e020025, 2020. DOI: 10.24933/horizontes.v38i1.840. Disponível em: <https://novoshorizontes.usf.emnuvens.com.br/horizontes/article/view/840>. Acesso em: 22 nov. 2024.

KASSAR, M. C. M. **Inclusão e educação especial**: questões contemporâneas. Campinas: Autores Associados, 2012.

LIBÂNEO, J. C. “A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: a Teoria Histórico-cultural da atividade e a contribuição de Vasili Daydov”. **Revista Brasileira de Educação**, n. 27, 2004

MORAN, J. M. **O Uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD uma leitura crítica dos meios**. 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 2006. Disponível em: <https://www.un.org/esa/socdev/enable/documents/tccconvs.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2024.

REGO, Leila F. M. E. *et al.* Tecnologias e Educação Inclusiva: desafios e perspectivas na formação docente. **Conjecturas**, v. 22, n. 8, p. 779-792, 2022.

PASIAN, M. S.; MENDES, E. G.; CIA, F. Atendimento Educacional Especializado: aspectos da formação do professor. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 165, p. 964-981, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/198053144242>. Acesso em: 19 nov. 2024.

REZENDE MACEDO, C.; ALINE DE FREITAS, C. Educação inclusiva e diversidade no ensino superior: estudo de estado da arte em produções científicas. **Revista Triângulo**, Uberaba - MG, v. 16, n. 1, p. 137–152, 2023. DOI: 10.18554/rt.v16i1.6211. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaelectronica/index.php/revistatriangulo/article/view/6211>. Acesso em: 22 nov. 2024.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 5-6, abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/#ModalHowcite>. Acesso em: 22 nov. 2024.

TELLES, J. F. **Inclusão e atendimento educacional especializado no ensino superior: representações sociais de docentes de uma universidade pública em Vitória da Conquista**. 2021. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, Vitória da Conquista, 2021.

ZERBATO, A. P.; VILARONGA, C. A. R.; SANTOS, J. R. Atendimento educacional especializado nos Institutos Federais: reflexões sobre a atuação do professor de Educação Especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, p. 319-336, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0196>. Acesso em: 19 nov. 2024.